

NA INAUGURAÇÃO DO PALÁCIO DA JUSTIÇA

Aveiro, 14 de Julho de 1962 * Ano VIII * N.º 403

Litoral

S E M A N Á R I O

DIRECTOR E EDITOR — DAVID CRISTO ★ ADMINISTRADOR — ALFREDO DA COSTA SANTOS
PROPRIETÁRIOS — DAVID CRISTO E FRANCISCO SANTOS ★ REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO
COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO: EM «A LUSITÂNIA» R. DE HOMEM CRISTO — TEL. 23886 — AVEIRO

UMA REALIDADE

Em 7 de Fevereiro de 1956, o Presidente do Município, Dr. Álvaro Sampaio, que tão devotadamente e tão inteligentemente serviu o concelho de Aveiro, adquiriu o terreno onde haveria de implantar-se o majestoso Palácio da Justiça, solenemente inaugurado no último domingo. Estava dado o passo decisivo para transformar em realidade o desígnio governamental de dotar a nossa terra com uma Casa da Justiça condigna das nobilíssimas missões que nela se devem exercer.

A compreensão do Poder Central ajuntou-se a determinação firme das entidades locais em concretizar uma esperança que se situava no plano das grandes aspirações aveirenses. Com o Dr. Álvaro Sampaio, e com o saudoso Presidente da Câmara Dr. Alberto Souto — que lhe sucedeu no cargo e na constante ambição de engrandecer Aveiro — labutou o Dr. Francisco do Vale Guimarães, antigo e dinâmico Chefe do Distrito.

O Eng.º Henrique de Mascarenhas, que tão

CONTINUA NA TERCEIRA PÁGINA

...ergueu-se pelas mãos dos reclusos

CONSIDERAÇÕES DO DR. TINOCO DE FARIA, JUIZ-AJUDANTE DO CÍRCULO JUDICIAL DE AVEIRO

O trabalho foi, desde as mais remotas eras, considerado como uma verdadeira pena, um castigo infligido aos criminosos.

Encontramo-lo em Roma, na Idade Média e vemos-lo subsistir como tal através dos séculos quase até aos nossos dias.

Não há quem não tenha ouvido falar nos condenados às galés, a trabalhos forçados, a trabalhos públicos, etc..

Simplesmente, este trabalho nada tinha de comum com o que hoje os presos executam.

Aquele era um castigo corporal imposto aos condenados, castigo atrás, que, na maior parte dos casos, se traduzia numa morte terrível e lenta.

Só nos fins do séc. XVIII, em parte por influência do direito canónico e sobretudo devido à divulgação do iluminismo, se começou a reagir contra os castigos corporais e surgiu a pena de prisão, que até então não existia ainda, como substitutiva daqueles castigos.

Com a prisão aparece também o trabalho penitenciário, talhado já em novos moldes, não como castigo aplicado ao delinquente, mas com o objectivo de, através dele, se conseguir a readaptação social do próprio delinquente.

O trabalho deixou de ser, a partir de então, um mal e passou a ser um bem para o condenado.

Foi em Amesterdão, na Holanda, que, nos fins do séc. XVI, se criaram as primeiras casas de trabalho e

correção para vadios, mendigos e delinquentes.

O exemplo de Amesterdão frutificou e, assim, à medida que a pena de prisão ia substituindo as velhas penas corporais, também o trabalho penitenciário ia ganhando foros de meio terapêutico ideal para a correção dos delinquentes.

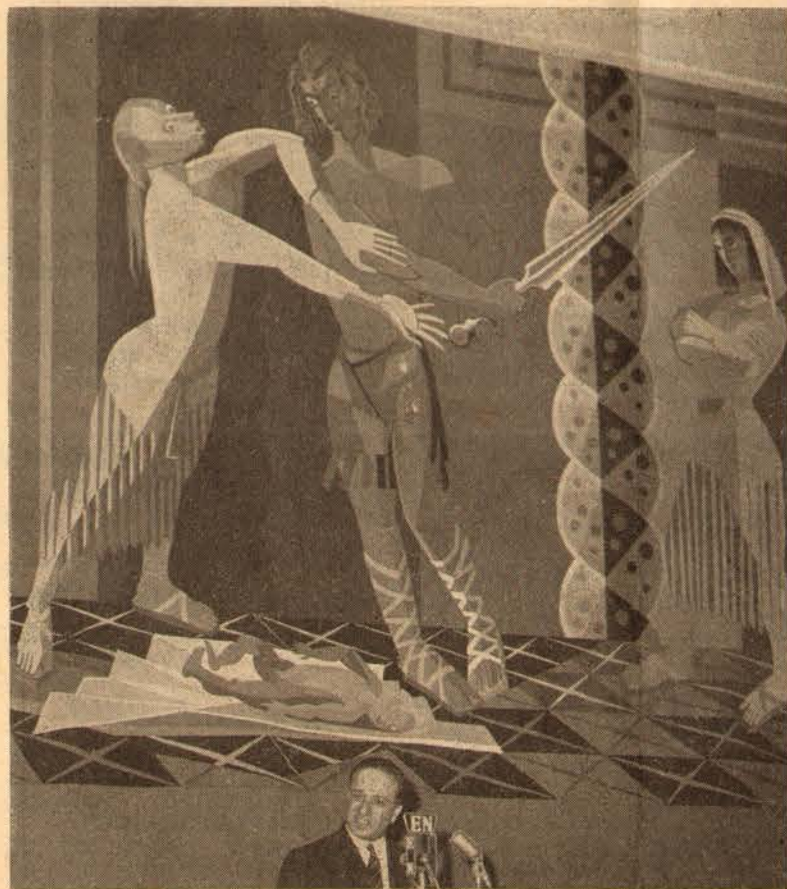
Na linha desta evolução

vem a surgir na América, em 1790, a primeira penitenciária.

A esta outras se seguiram, lá e na Europa, cujos sistemas, embora não totalmente concordantes, tinham sempre por base o trabalho.

Dai em diante foi o desenvolvimento rápido e franco de uma ideia que nunca sofreu contestação — que o trabalho é o melhor meio para se conseguir a readaptação social dos

CONTINUA NA PÁGINA 3



A SESSÃO INAUGURAL do Palácio da Justiça, que se realizou na sala de audiências A, e a que presidiu o senhor Professor Doutor Antunes Varela, teve a valorizá-la a magnífica oração do ilustre Estadista, que vemos, na gravura de cima, no uso da palavra. Na gravura ao lado: o senhor Ministro da Justiça na sala de audiências B. — Fotos de Abel Resende

disse o Ministro Antunes Varela:

AVEIRO é a capital do distrito que maior folha de serviços deve contar em prol da cultura jurídica do país

A segunda razão, verdadeiramente específica, da satisfação com que o Ministério da Justiça participa nesta cerimónia, que é sob vários aspectos um acto de fé na missão confiada à jurisprudência, está em ser Aveiro a capital do distrito que maior folha de serviços deve contar em prol da cultura jurídica do país, através de alguns dos seus mais ilustres varões.

E' ao distrito de Aveiro que pertencem os três escritores em cuja actividade docente podemos situar três dos momentos culminantes na evolução do ensino do direito ao longo dos dois últimos séculos.

Ali em Covelas, no concelho de Arouca, nasceu Coelho da Rocha, que deu aos juristas portugueses, através das célebres *Instituições*, a primeira exposição metódica completa do direito civil anterior ao período da codificação, tal como já oferecera aos estudiosos, com a outra das suas obras clássicas (o Ensaio sobre a história do Governo e da Legislação de Portugal) um autêntico modelo de investigação sobre a história do direito pátrio.

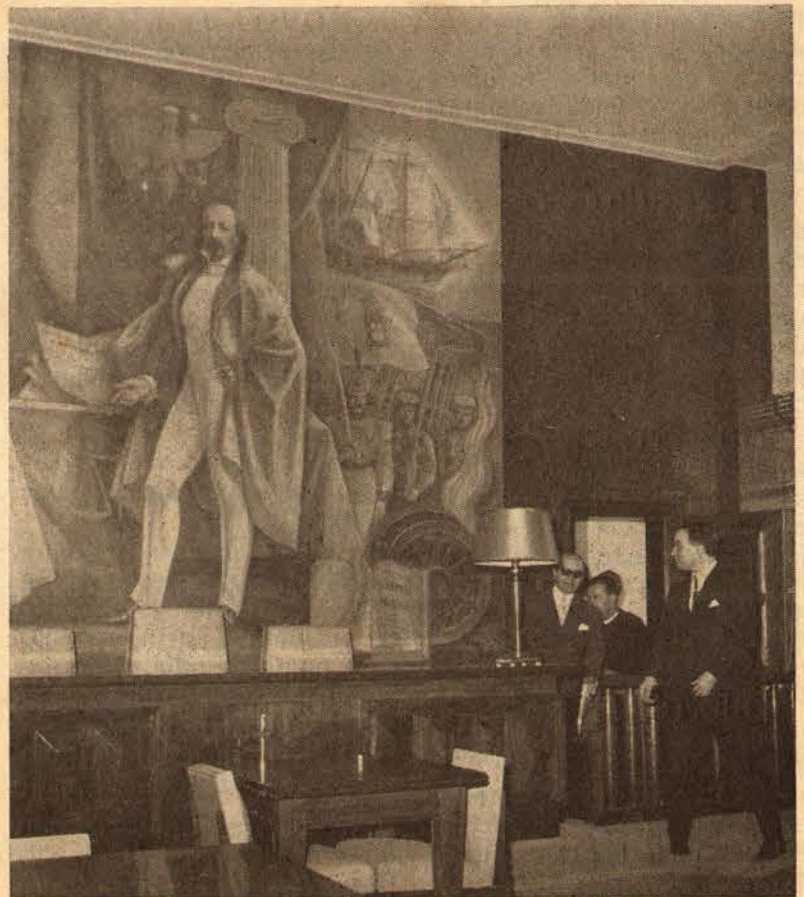
Dos juristas posteriores, foi Guilherme Moreira o primeiro que lhe levou a palma em profundidade de conhecimentos e que conseguiu dar ao ensino do direito civil cunho verdadeiramente científico. E depois do saudoso Guilherme, creio ter sido Manuel Andrade (natural do concelho de Estarreja) quem trouxe a maior contribuição pessoal para o progresso do direito civil, cujos quadros libertou definitivamente das amarras do conceitualismo abstracto ao encaminhar a investigação dos juristas para a descoberta dos valores que constituem a autêntica infra-estrutura de toda a aparelhagem normativa da lei.

Verdadeira estatura de reformador possuía também Beleza dos Santos, outra grande figura da minha escola e desta região, criador do moderno direito prisional português, criminalista de renome europeu e que foi o real introdutor dos métodos preconizados pela chamada jurisprudência dos interesses e por outras correntes filosóficas paralelas no sector do direito penal.

No domínio da legislação, bastará recordar que em Mogofores viveu longos anos e morreu o Visconde de Seabra, autor do famoso projecto do Código Civil, que é ainda hoje, a um século de distância, uma glória da literatura jurídica nacional e que em Anadia nasceu Alexandre de Seabra, autor do projecto do Código de Processo de 1876, que prestou os maiores serviços à actividade dos nossos tribunais até ao segundo quartel do século imediato.

Da própria cidade de Aveiro é José Estêvão, príncipe dos nossos oradores parlamentares, figura

CONTINUA NA PÁGINA 3



O Palácio da Justiça

Uma realidade

Continuação da primeira página

boas provas está a dar na gerência do Município, seguiu, em entusiasmo e proficiência, na cola dos seus antecessores. Ficou por isso em boas mãos a chave da «Domus Justitiæ» que o Ministro da Justiça lhe confia.

O Arquitecto Rodrigues Lima, autor do magnífico projecto; os Artistas Martiães Barata, Alameda Negreiros, António Lino e Euclides Vaz, que trouxeram os primores do seu talento ao grandioso Palácio; o Juiz-ajudante do Círculo Judicial de Aveiro, Dr. Tinoco de Faria, a quem, em tão boa hora, foi confiada a direcção da Brigada de Trabalho Prisional; o Eng.º Nóbrega Canelas, que proficientemente presta a sua assistência técnica — são os principais credores da gratidão dos aveirenses, não só pelo que fizeram, mas, particularmente, pela devoção que votaram ao notável empreendimento.

E importa também consignar aqui uma palavra de comovido apreço pelo trabalho dos reclusos: é um acto de justiça — este muito grato — para quem, em ingrata hora, houve que suportar os rigores da Justiça.

* *

Deixámos para o fim, muito intencionalmente, o nome do ilustre Ministro da Justiça, Professor Doutor Antunes Varela. Sem ele, as melhores aspirações teriam ficado no domínio das vãs esperanças. Seja por isso a nossa

Os serviços do Registo e do Notariado ficam aqui mais prestigiados

Continuação da última página

obra legislativa sobre Registos e Notariado, a instalação condigna dos serviços é a cúpula do trabalho.

É fora de dúvida que um serviço bem instalado imprime maior respeito a quem dele tem necessidade de utilizar-se, além de que permite um melhor rendimento por parte do pessoal, em virtude da ordem que se torna possível e do bem-estar que proporciona aos servidores.

Do discurso proferido na sessão do dia 8

última e mais funda palavra de gratidão para com o grande Estadista, cujo nome, aureolado já de tanto prestígio, será sempre recordado nestas terras de Aveiro — que sempre souberam reverenciar e estimar as virtudes e os méritos dos homens que inteiramente se votam ao bem da comunidade.

★

O sr. Ministro da Justiça, vindo de Lisboa acompanhado pelo Director Geral do Notariado, sr. Dr. Carlos Moreira, foi aguardado e cumprimentado pelas diversas entidades distritais e cidadinas, na Ponte do Pano, ao limite Sul do Concelho do Aveiro.

Dali, cerca das 11 horas, partiu um extenso cortejo automóvel para esta cidade. Em Aveiro, na Praça do Marquês

de Pombal, concentraram-se algumas centenas de pessoas para receber aquele membro do Governo.

O sr. Prof. Doutor Antunes Varela, após os cumprimentos que ali lhe foram apresentados, passou em revista a uma companhia de Infantaria 10, que lhe prestou as honras militares. Sob o comando do sr. Capitão Elmano Rocha, e precedidas da fanfara do Regimento de Infantaria 12, de Coimbra, as tropas desfilarão, depois, ante aquele membro do Governo.

★

Dirigiu-se, então, o sr. Ministro para o Palácio da Justiça, cuja porta foi simbolicamente aberta pelo sr. Desembargador Dr. Mascarenhas Gaivão, que representava o Presidente do Tribunal da Relação de Coimbra.

A seguir, no átrio de entrada, o Vigário Capitular da Diocese, Mons. Júlio Tavares Rebimbas, procedeu à benção litúrgica da *Domus Justitiæ*, e o sr. Prof. Doutor Antunes Varela descerrou uma lápida,

Conclui na página seguinte

...ergueu-se pelas mãos dos reclusos

Continuação da primeira página

delinquentes — por forma a poder hoje dizer-se que no mundo inteiro essa ideia é plenamente aceite.

A frase de Howard — o grande paladino de trabalho prisional — «fazei homens trabalhadores e tê-los-eis honestos» é slogan ainda hoje, pleno de actualidade, com mais actualidade até porque a ciência penitenciária, que dia a dia se aperfeiçoa, vem cada vez mais pondo em relevo o valor do trabalho.

Este representa um estabilizador psíquico que, se no homem livre tem alto valor, no recluso maior valor tem ainda.

Por outro lado, a Medicina reconhece-o também como método terapêutico ideal.

A tudo isto acresce a sua função disciplinadora, criadora de princípios de ordem, e a sua utilidade pedagógica e social.

Por todas estas razões o trabalho aparece nos sistemas penitenciários modernos como o meio mais eficaz e idóneo para se alcançar a readaptação social dos delinquentes.

*

Em Portugal, abandonada uma tentativa de Pina Manique (que entre nós foi um verdadeiro precursor ao criar a Casa da Força à semelhança de *Maison de Force*, de Gand) só muito mais tarde se voltou a pensar no trabalho prisional com o objectivo de, através dele, se conseguir a readaptação e a educação dos delinquentes.

Já se lhe referia, é certo, o Código Penal de 1852, como se lhe referiu também a Lei de 1 de Julho de 1867.

Acontecia, porém, que em Portugal não havia penitenciárias e só em 1884, concluída a penitenciária de Lisboa, se pôde pensar em pôr em prá-

tica os princípios consagrados naquela Lei.

No entanto, há que reconhecer que desde então e até 1936 pouco mais se fez.

Nesta data surge a Reforma Prisional, inteiramente moldada nas novas concepções penitenciárias e, a partir daí, com a criação de modelares estabelecimentos prisionais e de brigadas, pôde, na verdade, entrar-se numa fase ampla de utilização do trabalho prisional, por forma a poder-se aplicá-lo em condições de satisfazer os elevados fins que com ele se pretendem obter.

*

Com esta ideia e com este objectivo se trabalhou também aqui.

Para além das paredes que se erguiam, procurava-se refazer homens; procurava-se, ao fazê-los erguer muros, que erguessem também para si o muro da sua dignidade e da sua consciência de homens.

E se alguma coisa se subestimou não foi nunca o objectivo pedagógico.

Por isso, ao concluir-se esta obra e ao extinguir-se esta Brigada, eu julgo que nos devemos sentir mais satisfeitos por aqueles que daqui saíram em condições de voltarem a ser homens dignos, do que propriamente pelo resultado material obtido com a construção desta Casa em condições de poder equiparar-se, sem receio de confronto, a qualquer obra desta envergadura levada a cabo por mão de obra civil.

Do que se fez neste campo, algo poderei muito resumidamente dizer.

Trabalharam ao todo nesta Brigada, durante, pouco mais de 3 anos e meio, 414 reclusos,

Discurso do Ministro da Justiça

Continuação da primeira página

de primeiro plano na revolução liberal que tão profundas modificações veio a introduzir no sistema jurídico português, escritor cujas páginas (apesar de constituírem, no consenso unânime dos que o ouviram, um pálido reflexo das vibrantes orações do tribuno) ainda hoje produzem em quem as lê a mais forte das impressões.

O estudo biográfico destes homens e de outros que, saídos deste distrito privilegiado, igualmente se notabilizaram no foro, na cátedra ou nas lides parlamentares, revela sem dúvida diferenças acentuadas de temperamento, a par de divergências profundas de ideologia: uns, com os olhos postos no futuro, mais abertos às conquistas da inteligência ou da experiência humana nos países considerados mais progressivos; outros, mais atentos às específicas realidades nacionais, procurando descobrir muitas vezes nas genuínas raízes do passado as constantes históricas das quais a evolução das nossas instituições se não pode afastar, sem risco de grave perturbação.

Mas a quem souber distinguir o essencial do que é puramente acessório na vida ou na obra de cada um deles, não será difícil concluir que todos se irmanam em vários pontos fundamentais: no amor à pátria; no culto do direito e da justiça; na defesa da liberdade essencial da pessoa humana.

Nestes termos, ao render o meu preito de homenagem ao distrito, na memória dos seus filhos que mais se distinguiram nos domínios da jurisprudência, creio poder afirmar que os juristas portugueses — os que, sendo realmente juristas, são autenticamente portugueses — e, com eles, os nossos governantes continuam fiéis ao conteúdo essencial da mensagem luminosa que directa ou indirectamente se desprende da obra dos grandes jurisconsultos aveirenses.

(Do discurso da sessão do dia 8)

so, numa média diária de cerca de 40 homens que, como é de calcular, exerceram as mais variadas profissões dentro do ramo de construção civil.

Muitos dos que aqui chegaram nada sabiam. No entanto, foi possível habilitar perfeitamente 18 reclusos com uma categoria profissional em condições de satisfazer os mais exigentes. Outros 16 atingiram a craveira de aprendizes com prática e a muitos mais foi dada a categoria de simples aprendizes.

Se mais não se conseguiu, foi devido ao facto de bastantes reclusos permanecerem pouco tempo incorporados na Brigada por cumprirem pequenas penas de prisão.

*

Além deste aspecto, sem dúvida relevante, há ainda que pôr em destaque que 13 reclusos obtiveram a liberdade condicional antes do cumprimento total das penas em que tinham sido condenados e a mais 15 delinquentes habituais e vadios foi igualmente concedida a liberdade condicional, por se julgar que uns e outros estavam em condições de a merecer. No Tribunal de Execução das Penas pendem ainda 5 processos para a concessão de liberdade condicional a outros tantos reclusos.

*

Porque muitas vezes me perguntaram se os presos ganhavam algum salário, eu poderei esclarecer agora que até ao dia 31 de Maio último se pagou de salários a reclusos a quantia total de 544 337\$70.

Desta importância foi pela Brigada directamente entre-

gue às suas famílias a quantia de 225 356\$70.

Do restante, a maior parte ainda reverteu para os reclusos, quer para uma reserva que lhes é entregue quando são restituídos à liberdade, quer para um fundo de que podem livremente dispor para satisfação de algumas necessidades.

Assim se vê que, além de todas as vantagens que o trabalho traz aos presos, há ainda esta importantíssima, a de ganharem dinheiro e poderem assim, sobretudo, minorar, pelo menos em parte, as grandes necessidades dos seus familiares.

*

Tendo começado a funcionar na Cadeia, em 19 de Janeiro de 1959, um Curso de Adultos, foi ele frequentado por 65 reclusos. Destes, 22 analfabetos passaram à segunda classe; 18 à terceira; 8 fizeram com aproveitamento o exame de terceira classe do ensino primário e 17 fizeram, também com aproveitamento, o exame da quarta classe.

*

Tudo o que disse e muito mais que poderia dizer são aspectos ignorados do que se procura fazer nos estabelecimentos prisionais para bem dos reclusos.

Estes não são vistos só como homens que prevaricaram e têm que sofrer um castigo; são-no sobretudo como homens que devem sair da Cadeia socialmente readaptados por forma a tornarem-se em elementos úteis.

(Do discurso proferido na sessão do dia 8)

O Palácio da Justiça

— Continuação da terceira página —

que fica a perpetuar a cerimónia, e contém esta inscrição:

ESTE EDIFÍCIO, CONSTRUÍDO POR MÃO-DE-OBRA PRISIONAL, FOI INAUGURADO PELO MINISTRO DA JUSTIÇA, PROF. DR. JOÃO ANTUNES VARELA, EM 8 DE JULHO DE 1962

Na sala maior de audiências, teve depois lugar a sessão solene inaugural a que presidiu o sr. Ministro da Justiça, ladeado pelos srs.: Dr. Jaime Ferreira da Silva, Governador Civil; Eng.º Henrique de Mascarenhas, Presidente da Câmara Municipal; Desembargador Dr. Mascarenhas Gaivão, representando a Relação de Coimbra; e Dr. José Alfredo Soares Manso-Preto, Procurador da República na Relação de Coimbra.

Em cadeiral destacado, tomou lugar o Vigário Capitalar Aveiro. E, entre numerosa assistência — de que se destacavam muitas senhoras e a quase totalidade dos advogados do Círculo de Aveiro —, viam-se ainda os srs. Dr. Vaz Pereira, Presidente do Tribunal da Relação do Porto; Dr. António Carvalhais, Secretário do mesmo Tribunal; srs. Abel Campos e Pedro Macedo, respectivamente Procurador e Ajudante do Procurador da República na Relação do Porto; Dr. António Bernardo Coelho, Sub-director da Polícia Judiciária do Porto; Brigadeiro Pinto de Oliveira, 2.º Comandante da II Região Militar; Coronel Álvaro Salgado, Comandante Militar de Aveiro; Coronel Evangelista Barreto, Comandante do R. I. 10; Comandante Amândio Pires Cabral, Capitão do Porto de Aveiro; drs. José Lopes Cardoso e Manuel Joaquim Sampaio Tinoco de Faria, respectivamente Corregedor e Juiz-Ajudante do Círculo de Aveiro; drs. Silvino Alberto Vila-Nova e Francisco Xavier Moraes Samento, juizes da Comarca de Aveiro; Dr. Leitão Cardoso, Delegado do Procurador da República; Dr. António Rodrigues, Presidente da Junta Distrital; drs. Paulo Cancela de Abreu, Manuel Homem Ferreira, Manuel Tarujo de Almeida, Belchior Cardoso da Costa, e Artur Alves Moreira e Eng.º Gon-

Palavras do Presidente da Câmara Municipal

Continuação da terceira página

do património municipal que a sua construção traduz, outro aspecto queremos porém salientar, já que o valor da construção e das obras que encerra nada é, comparado com o valorização, com a dignificação e recuperação social, conseguida através do aproveitamento activo das possibilidades profissionais dos reclusos que, racionalmente orientados e conduzidos, continuam a ser úteis à sociedade em que amanhã irão novamente integrar-se.

Do discurso proferido na sessão do dia 8

çalves Faria — deputados pelo Círculo de Aveiro à Assembleia Nacional; comandantes da L. P., P. S. P. e G. N. R.; directores de Estradas, de Urbanização, do Porto, do Museu, e da Escola Técnica; reitores do Liceu e do Seminário; delegados de Saúde, do I. N. T. P. e da M. P.; vereadores do Município de Aveiro; Juiz do Tribunal do Trabalho; juizes, delegados, notários, conservadores do Registo Civil e Predial, e presidentes de câmaras municipais de toda a região aveirense; e os antigos governadores civis de Aveiro Coronel Dias Leite e Dr. Francisco do Vale Guimarães, e Presidente da Câmara Municipal Dr. Álvaro Sampaio.

Congratulando-se pela inauguração do Palácio da Justiça e saudando o sr. Prof. Doutor Antunes Varela, pronunciaram discursos os srs.: Dr. Tinoco de Faria, Juiz Ajudante do Círculo de Aveiro, como representante do Ministério Público e como Director da Brigada de Trabalho Prisional; Eng.º Henrique de Mascarenhas, pelo Município de Aveiro; Dr. Moraes Samento, pela Judicatura aveirense; Dr. Fernando Calisto Moreira, Conservador do Registo Civil, representando os conservadores e notários; e Dr. Álvaro de Seça Neves, Presidente da Delegação de Aveiro da Ordem dos Advogados.

A encerrar a sessão, falou o titular da pasta da Justiça.

O Litoral publica, hoje, alguns expressivos excertos de todos os discursos proferidos na sessão solene.

Terminada esta luzida cerimónia, o sr. Ministro Antunes Varela e as já referidas entidades oficiais percorreram demoradamente as diversas dependências do Palácio da Justiça, em visita guiada pelo sr. Arquitecto

Rodrigues de Lima, autor do projecto do novo e imponente edificio.

Na rua que a Câmara abriu para promover a condigna urbanização da zona que circunda a *domus justitiae*, foi descerrada uma lápida que dá à referida artéria o nome do Prof. Antunes Varela.

Por último, no Arcada Hotel, a Câmara Municipal ofereceu um almoço em honra do sr. Ministro da Justiça.

Dirigindo saudações e enaltecendo a obra e a personalidade do sr. Prof. Antunes Varela, usaram da palavra os srs.: Dr. Artur Alves Moreira, Vice-presidente da Câmara Municipal; Dr. Querubim Guimarães, decano dos

Uma Sugestão do Dr. Álvaro Neves

Continuação da última página

é, a inauguração de hoje representa mais uma homenagem que se lhe presta.

Mas parece-me que neste Tribunal alguma coisa falta.

Talvez tivesse sido possível adornar uma das paredes desta Casa, ou um dos átrios deste edificio, com o vulto daquele aveirense que foi, «em todas as suas actividades — advogado, professor, jurisperito, parlamentar, estadista, diplomata — muito, muito grande», conforme eloquentemente afirmou o Dr. Pedro Pita, insigne e corajoso Bastonário da Ordem dos Advogados.

Refiro-me a essa extraordinária figura, aqui nada e criada, que quase menino se licenciou em Direito com 19 anos apenas e que depois foi Ministro da Justiça, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Ministro da Instrução, que foi por seus méritos e por seu saber Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa que tanto prestigiou e honrou e de onde, prematura e forçadamen-

advogados aveirenses; Dr. Lopes Cardoso, Corregedor do Círculo de Aveiro; Desembargador Dr. Mascarenhas Gaivão, da Relação de Coimbra; Dr. Manso-Preto, Procurador da República no referido Tribunal; e Dr. Jaime Ferreira da Silva, Chefe do Distrito.

Encerrou a série de brindes o sr. Ministro da Justiça, que exprimi o seu reconhecimento a quantos contribuíram para o melhoramento que se havia inaugurado, mencionando os srs. Arquitecto Rodrigues Lima, Dr. Tinoco de Faria e Eng.º Nóbrega Canelas; os artistas Martins Barata, Almada Negreiros, António Lino e Euclides Vaz; o Presidente do Município e os seus antecessores drs. Álvaro Sampaio e Alberto Souto; o Chefe do Distrito e o Governador Civil precedente, Dr. Vale Guimarães; e ainda os reclusos que trabalharam nas obras,

fridos durante a primeira Grande Guerra; refiro-me, com a certeza de que ninguém ofendo, ao maior jurisperito aveirense de todos os tempos; refiro-me ao antigo Bastonário da Ordem dos Advogados, honra máxima que a um licenciado em direito pode ser concedida e que Palma Carlos, ao ser investido no mesmo cargo, traduziu nestas inspiradas palavras: «Alcancei, meus Senhores, o mais alto galardão que da vida podia esperar; nem jamais receberei outro — seja qual for — que tanto e tanto me enobreça».

A sombra tutelar de Barbosa de Magalhães adejando nestas salas seria mais uma homenagem à justiça e à verdade, preito sentido ao homem que tudo deu num holocausto total à sua dama que era acima de tudo o culto do direito e o amor à liberdade.

E é gostosamente que eu recordo que, na sessão solene de homenagem que em sua memória, lhe foi prestada pela Ordem dos Advogados em Lisboa e a que V. Ex., Senhor Ministro, se dignou presidir, são de V. Ex.ª estas palavras:

«A justa exaltação dos homens que pelas suas altas qualidades de inteligência ou de saber e pela sua integridade de carácter conseguiram elevar no conceito público o valor do patrocínio judiciário é, antes de mais, uma lição e um estímulo para os mais novos na profissão».

Do discurso proferido na sessão do dia 8



FAZEM ANOS

Hoje, 14 — A sr.ª D. Rosa Maria Ferreira do Vale, ajudante de radiologista do Hospital da Misericórdia, e o sr. Carlos Alberto da Cunha Redondo.

Amanhã, 15 — A sr.ª Prof.ª D. Maria Susana Rocha Salvador Ferreira Fernandes, esposa do sr. Capitão João António Ferreira Fernandes; os srs. Jorge Ferreira Martins e João Marques; e as meninas Maria Ivone dos Santos Pimenta, filha do saudoso Joaquim de Carvalho Pimenta, e Maria Regina da Silva Carvalho, filha do sr. Fernão Borges de Carvalho.

Em 16 — As sr.ªs D. Filomena dos Reis Peixinho, esposa do sr. António Henriques da Cunha, D. Isménia da Silva Neto Brandão, esposa do sr. Prof. João de Pinho Brandão, D. Maria Dora Gamelas de Carvalho Santos e D. Maria Rosa de Melo Vilhena; e o sr. Dr. Ernesto Guedes de Pinho.

Em 17 — O sr. Luís de Melo Rego; e as meninas Maria Alexandra Reis Pinto, filha do sr. Dr. António Alexandre Pinto, e Maria de Fátima da Costa Vieira Gamelas, filha do sr. António Maria Duarte Vieira Gamelas.

Em 18 — As sr.ªs D. Maria Regina Marcela Lavrador Quininha, esposa do sr. Dr. Cândido Quininha, e D. Adélia Ferreira Fernandes, esposa do sr. Capitão Diamantino Fernandes; o sr. Luís Gomes da Costa; as meninas Maria Manuel Pinho Seça Neves, filha do sr. Dr. Fernando Alberto Curado Seça Neves, e Otilia Maria Andias Lima, filha do sr. Ricardo das Neves Lima; e o menino Jorge Manuel da Maia Valente, filho do sr. António Aníbal Valente.

Em 19 — As sr.ªs D. Maria Camarinha da Cunha, esposa do sr. Artur Gouveia da Cunha, D. Júlia de Lemos Félix, esposa do sr. Manuel da Silva Félix, D. Gabriela de Melo Rebelo, e D. Amélia do Bem, esposa do sr. Viriato Patrício do Bem; o sr. Manuel Veloso dos Santos; e o estudante Carlos Manuel, filho do sr. Manuel da Cruz e Sousa.

Em 20 — Os srs. João dos Reis (Balãozinho), José Martins Júnior

e Francisco Manuel da Maia Vieira Barbosa, filho do sr. José Vieira de Oliveira Barbosa.

CASAMENTO

Em 17 de Junho findo, casaram, por procuração, a sr.ª D. Francisca Martinez Marques, filha da sr.ª D. Maria Marques Martinez e do sr. José Martinez, e o sr. Mário das Neves Ferreira Pitarma, filho da sr.ª D. Maria dos Prazeres das Neves e do sr. Mário Ferreira Pitarma.

Serviram de padrinhos os pais dos noivos.

Ao novo lar desejamos as melhores felicidades

NASCIMENTO

No último sábado, 7 do corrente, nasceu, no Hospital, a terceira filhinha ao casal da sr.ª D. Maria Helena de Campos Mendes Leite da Silva e do sr. Dr. Jorge Leite da Silva.

A menina foi dado o nome de Maria do Rosário.

Os nossos parabéns

DOENTES

★ Encontra-se em vias de franco e total restabelecimento o importante industrial e nosso bom amigo Gervásio Aleluia.

★ Para o Luso, em cura de repouso, seguiu a sr.ª D. Joana Cardoso Ramos, esposa do sr. José Nunes Ferreira Ramos.

DE FÉRIAS

Em viagem de recreio, esteve em Espanha, na semana que hoje finda, o nosso bom amigo e apreciado colaborador Dr. José Manuel Canavarro.

PROMOÇÃO E TRANSFERÊNCIA

Foi recentemente promovido a Secretário de Finanças de 2.ª Classe e colocado como Chefe da Secção de Finanças de Castro Daire o sr. Manuel da Silva Palavra.

VIDA ESCOLAR

Concluiu, com êxito, os seus exames do 5.º ano do Liceu o estudante João Luís Varela Campos, filho do sr. António Pereira Campos Naia.

Os nossos parabéns

Cine-Teatro Avenida

TELEFONE 23345 — AVEIRO

PROGRAMA DA SEMANA

Sábado, 14, às 21.15 horas (17 anos)

DOIS MAGNÍFICOS FILMES

● Madalena e o Legionário

Uma película alemã com Hannes Messemer, Hildegard Knief, Bernhard Wicki, Helmut Schmidt e Hanita Halan

● Os Homens não pensam noutra coisa

Uma comédia alegre, com música de Georges Von Paris e Marc Lanjean

Domingo, 15, às 15.30 e às 21.30 horas (12 anos)

Uma emocionante produção em TECHNICOLOR

A Senda dos Elefantes

Elisabeth Taylor ★ Dana Andrews ★ Peter Finch

Quinta-feira, 19, às 21.30 horas (17 anos)

Novo apresentação do sensacional filme

A IRMÃ BRANCA

Notáveis interpretações de Jorge Mistral e Yolanda Varela

E reposição da famosa película

DAQUI FALA O MORTO

Com PEDRO INFANTE

Dionísio Vi...
MÉD
Doenças
Consultas às 3.00
das 14 às
Avenida do Dr. Loure...
Telefona...
AVE

J. Rodrig...
EX-ASSISTENTE
DE ME...
CLÍNICA CAR...
DOENÇAS DO CO...
Consultório
Avenida do Dr. Lourenço
Residência
Avenida de Sal...
AVE

Dr. João de O...
Professor Catedrático da...
de Co...
Consultas
nologia e Ps...
terças e sex...
partir das 11...
consultório da...
Henriques—
Dr. Lourenço

Mário Sa...
Ex-assistente
Hospital Sain...
APARELHO...
DOENÇAS AN...
RECTOSIGN...
Avenida do Dr. Lourenço
Telefones...
Consultas da...
(à tarde, com h...
AVE

J. GOMES D...
ADVO...
Rua Direita, 91

Melhor que um
GOLDEN R...
de manhã e à
pele, tonifica-a
hidroseve actua
da epiderme est...
vitalidade. O seu
desta benfezoja
a frescura, a sa...
Concessionário
AVE
CRIS
Dr. J. G. G...
10, RUE DE CASTIGL...

Um aveirense digno de figurar no Palácio da Justiça

BARBOSA DE MAGALHÃES

Sugestão do Dr. Álvaro Neves

Presidente da Delegação de Aveiro da Ordem dos Advogados

.....
Está de parabéns Aveiro, esta encantadora cidade de clima ameno que a Ria banha e abraça no contacto íntimo e inseparável duma autêntica irmã siamesa.

E estamos de parabéns todos nós, homens do foro.

Neste ambiente adquirimos maior consciência dos nossos deveres

— disse o Dr. Morais Sarmiento, Juiz do 2.º Juízo da Comarca de Aveiro

.....
A magnificência legislativa e a dignidade da nobilíssima função de julgar e de outros serviços da Justiça não correspondiam instalações condignas. Os Tribunais encontravam-se instalados, infelizmente, com modéstia acabrunhante, muitos em antigos conventos e mesmo alguns em autênticos pardieiros. Não se construíam, nem se procuravam, edifícios para os instalar melhor.

Aveiro, em particular, pode orgulhar-se de possuir este formoso Palácio da Justiça, de belas linhas arquitectónicas e de belos ornatos, como a estátua da Justiça, de Euclides Vaz, a topeçaria de Almada Negreiros, o fresco do mestre Martins Barata e o painel de António Lino.

Neste ambiente de beleza e majestade, sentimos o nosso espírito pairar mais alto, e como que adquirimos maior consciência dos nossos deveres.

.....
Do discurso proferido na sessão do dia 8

É que para além da comodidade que representa a concentração de todas as repartições ligadas à função judicial e do conforto que nos mínimos detalhes aqui se respira e de que usufruiremos, a monumentalidade e grandeza desta casa emprestam à administração da Justiça a que se destina aquela dignidade, aquele prestígio, aquela majestade que sempre devem rodear a Casa da Justiça.

Foi em Paris, no velho e majestoso Palais de Justice, antiga residência dos governadores romanos e depois habitação dos primeiros reis de França, que tem encostada no coração essa esguia jóia arquitectónica de vitrais maravilhosos que é a Sainte Chapelle, que eu pela primeira vez senti a importância que para a Justiça pode ter o local em que é administrada.

Recordo até, como nota curiosa, que quando em Setembro do ano último, uma vez mais de visita ao Palais, assistia a um julgamento, com indumentária pouco mais abundante que a do turista francês que por essa época costuma visitar Portugal, um zeloso oficial de diligências abeirou-se de mim e pela impropriedade do meu troço aconselhou-me e pediu-me que abandonasse a sala.

Este facto, quase paradoxalmente ocorrido numa sala de audiências dum Tribunal dessa libérrima França, veio mostrar-me como aí é respeitada e dignificada a difícil missão de julgar, como aí a Justiça é uma deusa que todos veneram, porque sobem que ela é o índice mais seguro da paz e estabilidade do povo, e portanto do seu progresso e felicidade.

O admirável fresco de Martins Barata que na Sala do 2.º Juízo perpetuou a memória de José Estêvão é, além de acto de justiça para o homenageado, motivo de justificado orgulho para os aveirenses.

José Estêvão não foi só glória de todo este distrito, não é apenas o maior de todos os filhos desta cidade; é como que o próprio símbolo das virtudes do povo desta zona lagu-

nar que ele tanto amou e tão desveladamente serviu e defendeu.

No seu amor à liberdade que nunca traiu e em cuja defesa jogou a própria vida, na tolerância desafectada do seu espírito ímpar, na dádiva desinteressada de todas as suas possibilidades à causa do povo, no seu desassombro, na sua coerência, na sua altivez, José Estêvão foi bem um homem de Aveiro.

Não esquecerei jamais a lição admirável que deu quando, depois de ter travado luta de vida ou de morte com os miguelistas, se ofereceu e veio a ser o advogado combativo e ardoroso do «Portugal Velho», orgão dessa facção, num processo por abuso de liberdade de imprensa que o Governo lhe movia. E em tal situação apareceu ainda por devoção à liberdade e por tolerância, virtudes

que coerentemente são inseparáveis.

Mas sucede ainda, Senhor Ministro, que o imortal Tribuna foi quase o precursor da ideia, não digo da construção dum Palácio de Justiça, mas da adaptação de diversos edifícios àquela função. Na verdade, na sessão da Câmara dos Deputados de 16 de Julho de 1853, ele requereu — e transcrevo — «que o governo escolhesse dos edifícios nacionais que em Aveiro eram destinados para os diversos serviços da Repartição Militar os que se pudessem dispensar com as melhores condições para se estabelecer as cadeias e tribunais, por forma que o edifício satisfizesse às condições que às ideias humanitárias, à filosofia do direito e às prescrições que o C. Penal indica em construções daquela espécie».

Teve agora plena realização, para as necessidades actuais, a ideia que há 109 anos germinara no espírito do incomparável orador parlamentar.

E na medida em que assim

Continua na página 4

NÃO HÁ DIGNIDADE MAIS

DIGNA QUE A DA JUSTIÇA

e não pode haver justiça sem dignidade

DISSE O ENG.º HENRIQUE DE MASCARENHAS, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO

.....
A entrada deste edifício, imediatamente após a sua inauguração, transmitiu-me Vossa Excelência, Senhor Ministro, uma pequena chave. Com este gesto simples depositou Vossa Excelência, nas mãos do Presidente da Câmara de Aveiro, uma oferta do Governo da Nação que quis, não só satisfazer uma velha aspiração desta cidade, mas ir para além do que lhe fora solicitado, doando a Aveiro um dos mais belos e dos mais importantes Palácios da Justiça do País.

Não me cabem vãs glórias de iniciativa para este empreendimento e, embora as obras não tenham carácter pessoal mas colectivo, não enriqueçam quem por elas luta mas a colectividade que os homens servem, permita-me Vossa Excelência, que hoje, dia em que precisamente passam 18 anos sobre a data da posse do Se-

nhor Dr. Álvaro da Silva Sampaio como Presidente da Câmara de Aveiro, eu lembre aqui a figura desse homem que, não sendo natural de Aveiro, Aveiro tanto lhe deve e que ao adquirir, em 7 de Fevereiro de 1956, o terreno destinado à construção deste Palácio, possibilitou a aplicação do generoso subsídio por Vossa Excelência concedido, prestando mais um alto serviço a este concelho que tão abnegadamente serviu.

Seriam as suas, as mãos mais indicadas para receber de Vossa Excelência a chave de tão imponente realização,

sonho que acatenhou e hoje tem a alegria de ver tornado realidade, mas que o destino quis que fosse eu a receber.

*
A inauguração que aqui celebramos, para além de satisfazer um natural anseio desta Cidade, constitui mais um marco, mais uma etapa vencida, na política de valorização e renovação das instalações dos Serviços do Ministério da Justiça.

Tal como já a inúmeras outras localidades do País, chegou a hora de Aveiro ver os Magistrados da Comarca exercerem a sua actividade em local condizente com a dignidade das importantes funções que desempenham, já que, na justiça residem os elementos básicos reguladores da evolução social que, definindo o grau de cultura e civilização, tem largo reflexo nas relações entre os homens e estabelecem e regulam o equilíbrio social dos povos.

Este edifício, majestoso, de linhas sóbrias e elegantes, que sem qualquer sombra de dúvida fica a ser o mais importante de Aveiro, corresponde, pela sua dignidade à das funções que nele vão ser exercidas, já que não há dignidade mais digna que a da justiça e não pode haver justiça sem dignidade.

Para além da função que este Palácio vai desempenhar na vida da judicatura local, para além do enriquecimento

Continua na página 4



.....
COMO oportunamente noticiámos, a Secção Fotográfica do Clube dos Galitos promove a realização do II SALÃO NACIONAL DE ARTE FOTOGRÁFICA DE AVEIRO, que esta tarde se inaugura no Salão Nobre do Teatro Aveirense.

Ao certame foram admitidas 95 provas das 212 recebidas — nele se fazendo representar 43 expositores, dos 55 concorrentes ao Salão, que estará patente ao público até o dia 31 do corrente mês de Julho.

Na gravura, ao lado, uma das magníficas fotografias que se podem admirar na exposição — FÚRIA, do Eng.º Vítor Manuel Chagas dos Santos (do Barreiro).

II SALÃO NACIONAL DE ARTE FOTOGRÁFICA DE AVEIRO

Litoral

A V E I R O
14 de Julho de 1962
ANO VIII • N.º 403
A V E N Ç A